

TRABALHO, RACIONALIZAÇÃO E EMANCIPAÇÃO: DE MARX AO MARXISMO, E A VOLTA

WORK, RATIONALIZATION, AND EMANCIPATION: FROM MARX TO MARXISM, AND THE RETURN

TRABAJO, RACIONALIZACIÓN Y EMANCIPACIÓN: DE MARX AL MARXISMO, Y VUELTA

Marcílio Rodrigues Lucas¹

Resumo Este ensaio propõe uma reflexão sobre a relação entre trabalho e emancipação no pensamento marxista, à luz dos dilemas enfrentados pela esquerda e pelas organizações da classe trabalhadora no século XX. O objetivo central foi indicar como importantes pensadores e grupos vinculados ao marxismo contribuíram, de diferentes formas, na formação das bases ideológicas e na constituição concreta dos dois modelos de organização da produção e da vida social que predominaram após a Segunda Guerra Mundial: o compromisso fordista nos países de capitalismo avançado e o modelo soviético implantado na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e difundido pelos países-satélites que formavam o bloco socialista. Nesse sentido, buscou-se mostrar que essa atuação implicou dilemas e tensões importantes, sobretudo quanto ao posicionamento em relação à racionalização do trabalho e aos métodos tayloristas de organização da produção. Além disso, indicou-se que a tendência predominante foi uma interpretação da teoria de Marx que reduzia a importância da crítica ao trabalho industrial e assalariado, legitimando um projeto de ‘sociedade do trabalho’ estranho aos fundamentos essenciais do legado marxiano. No entanto, a crise desses modelos, verificada nas últimas décadas do século passado, abre espaço para o revigoramento dos aspectos mais férteis da crítica de Marx à sociabilidade capitalista.

Palavras-chave trabalho; emancipação; marxismo; taylorismo; URSS.

Abstract This essay proposes a reflection on the relationship between work and emancipation in Marxist thought in the light of the dilemmas the left and working class organizations faced in the twentieth century. The main goal was to show how important thinkers and groups linked to Marxism contributed, in different ways, to forming the ideological foundations and to the concrete constitution of the two organizational models of production and social life that prevailed after the Second World War: The Fordist commitment in the advanced capitalist countries, and the Soviet model implemented in the USSR and disseminated by satellite countries that made up the socialist bloc. In this sense, the aim was to show that this action implied important dilemmas and tensions, particularly in the position in relation to the rationalization of work and the Taylorist methods of organizing production. Moreover, also shown was that the prevailing trend was an interpretation of Marx's theory that reduced the importance of the critique of industrial labor and of the wage earner, legitimizing a ‘work society’ project foreign to the essential foundations of the Marxian legacy. However, the crisis faced by these models, witnessed in the last decades of the last century, makes room for the reinvigoration of the most fertile aspects of Marx's critique of capitalist sociability.

Keywords work; emancipation; Marxism; Taylorism; USSR.

Introdução

Uma “antítese completa”. É nesses termos que Marx (2013, p. 614) caracteriza a relação entre o trabalhador e seu próprio trabalho na fábrica capitalista. Nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, ele já afirmava que, no capitalismo, o trabalho se apresenta como algo ‘externo’ ao trabalhador, como uma atividade ‘estranha’, que não lhe pertence e com a qual se defronta (Marx, 2010). Mas é a partir da crítica da economia política que ele evidencia historicamente o processo de consolidação da grande indústria moderna, fundada na maquinaria, que lhe permite afirmar, nos *Grundrisse*, que o desenvolvimento capitalista engendra um processo em que “a acumulação do saber e da habilidade, das forças gerais do cérebro social, é (...) absorvida no capital em oposição ao trabalho, e aparece conseqüentemente como qualidade do capital” (Marx, 2011, p. 582) – de forma que o trabalhador, reduzido à condição de indivíduo-fragmento, sente sua impotência diante do mecanismo que o submete. Assim, se o ‘jovem’ Marx destacara a condição do trabalhador “que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve *nenhuma energia física e espiritual livre*” (Marx, 2010, p. 82-83, grifos nossos), em *O capital* ele retoma tal ideia, ao afirmar que o trabalho na fábrica “reprime o *jogo multilateral dos músculos* e consome todas as suas energias físicas e espirituais” (Marx, 2013, p. 606, grifos nossos).

Como resultado dessa ‘antítese completa’, a aparente “facilitação do trabalho se torna um meio de tortura, pois a máquina não livra o trabalhador do trabalho, mas seu trabalho de conteúdo” (Marx, 2013, p. 606-607). É por isso que se percebe, no conjunto da obra de Marx, uma intensa investigação sobre as possibilidades abertas por esse desenvolvimento para uma ruptura, que representaria não apenas o fim da exploração no sentido de uma distribuição ‘justa’ da riqueza, mas também “a substituição do indivíduo parcial, mero portador de uma função social de detalhe, pelo indivíduo plenamente desenvolvido, para o qual as diversas funções sociais são modos alternantes de atividade” (Marx, 2013, p. 682). No entanto, no século XX, movimentos e pensadores vinculados ao marxismo ‘tenderam’ a uma redefinição no tratamento analítico e político das condições do trabalho industrial capitalista, no sentido de uma ‘relativa aceitação’ de alguns de seus aspectos essenciais. Não me refiro aqui apenas ao marxismo mecanicista e ‘produtivista’, marcado pelas deformações stalinistas, mas também a alguns dos mais brilhantes e decisivos pensadores do século XX, como Lenin e Gramsci. Em termos gerais, essa aceitação se baseava no entendimento de que a imposição de um trabalho rigidamente determinado e parcelar constituía uma ‘exigência técnica’ – portanto, relativamente permanente – da grande indústria, a qual, numa apropriação socialista, poderia ser contrabalançada com medidas positivas, mas não propriamente abandonada.²

Comumente, e não sem uma boa dose de razão, essa limitação do horizonte da crítica do trabalho é associada a fatores conjunturais e ‘emergenciais’, ou seja, necessidades econômicas imediatas e restrições/prioridades do contexto político, que colocavam a crítica radical das condições do trabalho industrial como um horizonte, no mínimo, distante. Nesse sentido, no capitalismo avançado, com o sonho da revolução cada vez mais distante – e menos atraente, em razão dos rumos da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) – e depois de ser jogada em duas guerras para defender interesses que não eram seus, a classe operária tentava ir ao ‘paraíso’ por meio do consumo, buscando compensar a intensificação do trabalho e a exigência de produtividade com ganhos salariais e serviços oferecidos pelo Estado de bem-estar, gestado no entreguerras e consolidado/generalizado após 1945 no ‘Primeiro Mundo’. Nesse quadro, evitava-se a crítica do trabalho porque a ‘liberdade’, ainda que estivesse ‘fora’ dele, dependia fundamentalmente de sua alta produtividade e intensidade, apoiada no ‘taylorismo’, razão pela qual o modelo ganhou alcunhas como ‘fordista’, ‘sociedade salarial’ ou ‘sociedade do trabalho’.

No caso da Rússia pós-revolucionária de 1917, a miséria e a destruição da incipiente estrutura industrial – em razão das guerras, mundial e interna – colocavam o aumento da produção como tarefa emergencial do novo governo. Nesse ambiente de penúria, sabotagem e resistência militar, os bolcheviques não hesitavam em recuperar uma máxima bíblica: “quem não trabalha não come” (Serge, 2007, p. 459). Com o passar do tempo, a batalha pela produção continuava no centro, ainda que com uma justificativa aparentemente mais nobre: demonstrar a ‘superioridade’ produtiva e tecnológica da URSS em relação ao mundo capitalista. A ida de Gorbachev aos Estados Unidos, em 1988, deu uma noção do fracasso: ele buscava ajuda da Ford para um plano de modernização e de aumento da produtividade da fábrica de automóveis de Gorki, que havia sido criada quase sessenta anos antes numa parceria ‘capitalinista’ entre Stalin e Ford. Era uma versão curiosa da ‘sociedade do trabalho’ que, em razão dos problemas de produtividade e da recorrente escassez de produtos, foi caracterizada pelo seu ‘taylorismo precário’ e pelo ‘não lugar do fordismo’ (Drach, 1983).

No entanto, buscou-se demonstrar que o processo de restrição da crítica do trabalho envolveu aspectos mais amplos de ordem teórica e ideológica, além de constrangimentos econômicos e limitações de horizontes que certamente os impulsionaram. Uma razão de fundo para tais modificações se liga à ‘crise do marxismo’ na virada para o século XX (Trentin, 2012), que se expressava pelo ‘revisionismo’ apoiado numa leitura redutora de Marx – questionando sua suposta ‘lei’ da pauperização do proletariado e da formação ‘inevitável’ da consciência de classe revolucionária – que fundou as bases do reformismo social-democrata do século XX. Não obstante o fato de se tratar de uma crítica superficial, esse revisionismo se apoiava, em certa

medida, em elementos ligados ao que Mészáros identificou como “lacunas” de Marx – pois ele, ao analisar as possibilidades abertas pelo desenvolvimento capitalista, “anteviu” um “curso menos problemático dos acontecimentos” no que se refere à revolução proletária. E isso em duas dimensões: por um lado, no que se refere ao processo de unificação política da classe trabalhadora, por ter subestimado as complicações subjetivas e objetivas que a sua fragmentação impõe ao horizonte revolucionário (Mészáros, 2011, p. 1.051-1.053); por outro, no que tange à própria capacidade do capital de resolver parcialmente suas contradições, no sentido de se compatibilizar e até de se revigorar por meio da integração transnacional e de “combinações híbridas” com a propriedade estatal (Mészáros, 2011, p. 1.046).

Esse curso ‘mais problemático’ do que o antevisto por Marx não somente alimentou críticas revisionistas, mas impôs a necessidade de esforços no sentido de recuperação da capacidade de intervenção do marxismo para aqueles que buscavam manter seu horizonte revolucionário. “Que fazer?”, perguntava emblematicamente Lenin. E é justamente na reflexão do revolucionário russo que, segundo Trentin (2012), aparece um elemento decisivo para a mudança que se tornaria mais clara posteriormente: uma espécie de cisão entre, de um lado, as contradições específicas da relação de exploração e opressão de classe e, de outro, as formas de organização e estratégias do movimento operário. Assim, a preocupação com as tarefas organizativas acabou por operar silenciosamente uma relativa cisão entre economia e política, entre a ‘contradição primária’ capital/trabalho na fábrica e sua expressão política, as quais apareciam de forma fundamentalmente articulada na obra de Marx. A consequência dessa cisão foi uma espécie de ofuscamento do conteúdo político contido nas tensões que envolviam o trabalho fabril, de modo que a fábrica e o trabalho tendiam a ser vistos na sua dimensão produtiva e técnica. A Revolução Russa de 1917 acabou por reforçar tal tendência, ao colocar a necessidade de reflexão sobre as possibilidades de apropriação positiva das técnicas capitalistas no quadro da edificação socialista.

Na reflexão sobre as bases dessa apropriação, dois elementos decisivos atuaram para o deslocamento da crítica mais radical dos métodos de trabalho capitalistas. Primeiramente, a influência de certa ética do trabalho que, no início do século XX, se fundava na ideia de uma ‘moral dos produtores’, inspirada em Georges Sorel, sindicalista revolucionário que influenciou importantes pensadores marxistas da primeira metade do século XX (Löwy, 1997, p. 113). Segundo ele, o proletariado seria portador de uma nova ética que se apoiava nos valores do mundo do trabalho – como cooperação, austeridade e heroísmo – e seria a salvação do mundo moderno ao restituir o controle da produção aos próprios produtores, contra a lógica de egoísmo, parasitismo, desperdício e degradação material e moral trazida pelo capitalismo.

Algo que teve forte apelo no período imediatamente posterior à Primeira Guerra, quando o capitalismo parecia dar mostras de esgotamento de sua dimensão produtiva e ‘civilizatória’ em favor de tendências especulativas e destrutivas. Por isso, como afirma Trentin (2012, p. 290), a ideia de um capitalismo “absenteísta” e “desertor”, mesclada com a “moral dos produtores”, acabou por induzir a esquerda a “aceitar ‘em bloco’ as forças produtivas herdadas do sistema capitalista”.

Aceitar ‘em bloco’ as forças produtivas capitalistas incluía aceitar os métodos de trabalho na fábrica, cuja expressão mais avançada era o sistema de ‘organização científica’ desenvolvido por Taylor nos Estados Unidos. No que se refere a medidas concretas, esse sistema preconizava a criação de departamentos de planejamento, a cronometragem dos movimentos, a fixação de tarefas rígidas para os trabalhadores e a definição de critérios de pagamento por peça. Já em termos de princípios gerais, o taylorismo intensificava e explicitava, numa ‘teoria organizacional’, as tendências trazidas pelo desenvolvimento capitalista: separação rigorosa entre concepção e execução do trabalho, por meio da concentração do conhecimento na ‘gerência científica’ e do parcelamento detalhado das tarefas dos operários. É nesse sentido que Braverman aponta o taylorismo como “a explícita verbalização do modo capitalista de produção”, e o “seu papel era tornar consciente e sistemática a tendência antigamente inconsciente da produção capitalista” (Braverman, 1987, p. 109). Mas como o movimento dos trabalhadores poderia se apropriar dessas ‘inovações’? A resposta: mesclando os seus aspectos estritamente ‘científicos’ com a sua própria ‘moral’ fundada no trabalho.

Neste ponto, chegamos ao segundo elemento ideológico que fundamentou o deslocamento da crítica do trabalho: a “hegemonia cultural da organização científica” (Trentin, 2012, p. 185), ou seja, a crença mais ou menos generalizada, à direita e à esquerda, de que o ‘taylorismo’ fornecia bases científicas – e, por isso, ‘apropriáveis’ – em termos de organização do trabalho. Ao analisar a Europa da década de 1920, Maier (1978, p. 103) aponta “a maleabilidade do imperativo da produtividade”, já que, dependendo da perspectiva política, “a visão tecnológica poderia servir tão bem aos objetivos da transformação quanto aos do *status quo*”. No caso específico da esquerda, entendia-se que a revolução proletária poderia desobstruir e ampliar as potencialidades emancipatórias trazidas pela técnica moderna, e a Rússia era o farol desse futuro que nasceria da confluência entre o desenvolvimento tecnológico e a revolução social. Assim, a partir do final da década de 1910, um dos temas cruciais do debate socialista se concentrava nas possibilidades de constituição de um “taylorismo soviético” ou um “taylorismo dos trabalhadores”, como se expressa nas reflexões de Lenin e Gramsci.

O próprio percurso analítico desses autores já demonstra a complexidade e a dramaticidade que o debate envolvia. Entre 1913 e 1914, em meio à resistência operária diante das primeiras tentativas de introdução do taylorismo na Rússia, Lenin (1984) escrevera duras críticas ao sistema: “Sistema ‘científico’ para espremer o suor” e “O sistema Taylor é a escravidão do homem pela máquina”. No entanto, entre 1915 e 1916 já se percebe uma mudança rumo a uma perspectiva mais positiva, nos cadernos preparatórios para *O imperialismo, fase superior do capitalismo*, conforme indica Linhart (1983a). Em 1918, já como líder do novo poder, Lenin expunha sua posição ‘clássica’ sobre a questão: era preciso “aplicar muito do que há de científico e progressivo no sistema de Taylor”, diferenciando os elementos de “refinada crueldade da exploração burguesa” do conjunto de “riquíssimas conquistas científicas” ligadas principalmente ao estudo dos movimentos (Lenin, 1980, p. 574). No entanto, foi em 1921 que Lenin deu seu sinal mais positivo ao taylorismo, ao apoiar e nomear, como coordenador do Instituto do Trabalho, um bolchevique certamente mais taylorista que o próprio Taylor: Alexei Gastev, defensor do ‘coletivismo mecanizado’.

Exatamente no mesmo período, Gramsci e seus companheiros do movimento conselhistas italiano, organizados em torno do periódico *L’Ordine Nuovo*, produziram a mescla mais emblemática da ‘moral dos produtores’ soreliana com os princípios tayloristas. O texto “O operário fabril”, publicado em 1920, é um verdadeiro manifesto da moral dos produtores: partindo da ideia de que o desenvolvimento capitalista é um “processo de corrupção, um processo de decomposição”, Gramsci apresentava o operário fabril com a “missão de regenerar a sociedade dos homens” transformando o mundo numa “única enorme fábrica” (Gramsci, 2004, p. 325). Isso porque, enquanto os proprietários do capital se afastavam do trabalho e da produção, deixando-a nas mãos de intermediários irresponsáveis, “a classe operária identificou-se com a fábrica, com a produção”, e “não pode[ria] viver sem trabalhar, e trabalhar de modo metódico e ordenado” (Gramsci, 2004, p. 324-325). Assim, o taylorismo era certamente o sistema mais indicado, e os próprios conselhistas já haviam formulado, um ano antes, as bases de sua apropriação numa série de artigos – todos assinados pelo engenheiro de pseudônimo Carlo Petri (1919) – intitulada *O sistema de Taylor e os conselhos dos produtores*.

É curioso notar que, nesse período, tanto Lenin quanto Gramsci elaboraram reflexões que indicavam a necessidade de transformar toda a sociedade numa ‘grande fábrica’, partindo da contradição, expressa por Marx, entre ‘disciplina fabril’ e ‘anarquia da produção’ – ou seja, a contradição revelada pelo capital ao impor uma rígida disciplina aos operários dentro da fábrica, ao mesmo tempo que se recusava qualquer regulamentação em relação ao conjunto da produção. Desse modo, Lenin e Gramsci passaram a apostar no enfrentamento de tal contradição defendendo a ‘extensão’

dos critérios de ordem e método, vigentes na fábrica, para o conjunto da sociedade. Mas, como indica Querzola (1978), Marx expõe tal contradição para criticar tanto a ‘anarquia da produção’ quanto a ‘disciplina fabril’, até porque esta última é a expressão da ‘contradição primária’ que subordina o trabalhador ao mecanismo ‘estranho’ de produção. Na década de 1930, o próprio Gramsci demonstra, em “Americanismo e fordismo”, certo distanciamento em relação à proposta conselheira de elaborar “uma forma própria de ‘americanismo’ aceitável pelas massas operárias” (Gramsci, 2001, p. 248). No entanto, o comunista italiano, encarcerado pelo fascismo desde 1926, talvez não tivesse completa noção da forma simplista e petrificada como foram tratadas posteriormente as questões dramáticas que ele e Lenin haviam enfrentado, pelas correntes reformistas do ‘Ocidente’ ou pelos stalinistas da URSS e mundo afora. É esse processo histórico que será retomado brevemente a seguir.

Entre a ‘ciência’ do trabalho e o ‘entusiasmo’ dos trabalhadores

A reação imediata dos trabalhadores ante o taylorismo foi de forte resistência. No contexto específico dos Estados Unidos, seu surgimento e difusão, já na primeira década do século XX, tinham um claro sentido de enfrentamento da classe operária, no que se refere ao seu perfil e a sua forma específica de organização. Além disso, do ponto de vista do operário individual, a opressão imposta pela cronometragem dos gestos e o cinismo de Taylor ao expor a pretensão de transformar o trabalhador em ‘gorila domesticado’ durante o processo de produção – como forma de combater a ‘vadiagem no trabalho’ e evitar quedas de ritmo de produção – não poderiam ser bem recebidos. Assim, o taylorismo gerou inicialmente “múltiplas controvérsias em relação a suas vantagens e sua reputação de inumanidade” (Maier, 1978, p. 98), o que levou, inclusive, à criação de uma comissão de inquérito do Congresso americano, em 1912, à qual o próprio Taylor compareceu e se viu obrigado a enfatizar o caráter “científico” de seu sistema e a dimensão conciliadora (de “paz entre as classes”) de sua filosofia da eficiência que visava a “uma era de prosperidade universal” (Linhart, 1983b, p. 11).

A recepção do sistema em solo europeu também foi bastante conflituosa, como se expressou, entre 1912 e 1913, nas sucessivas greves contra a cronometragem na Renault, na França, e nas fábricas de Petrogrado (atualmente São Petersburgo), onde também já se revelava forte hostilidade dos trabalhadores ao sistema que se buscava introduzir (Linhart, 1983b). No entanto, o período posterior à Primeira Guerra apresentou um clima ideológico mais favorável à difusão do taylorismo, ganhando defensores nas mais diversas correntes políticas, da extrema-direita até a esquerda revolucionária – inspiradas, cada uma a sua maneira, pelo sonho de uma ‘civilização técnica’

fundada na eficiência e na produtividade. Mas como explicar especificamente a adesão da esquerda operária e marxista a um sistema considerado a própria verbalização do modo capitalista?

É que além de ‘codificar’ uma tendência capitalista, o taylorismo buscava legitimá-la por meio da pretensão de cientificidade. Na apresentação dos seus princípios, Taylor (1990, p. 84, grifos nossos) destaca a “substituição do *critério individual do operário* por uma *ciência*”, que deveria determinar “normas rígidas para o movimento de cada homem” (Taylor, 1990, p. 67). Em resumo, o elemento fundamental que define o taylorismo é o *one best way*, ou seja, a noção de que existe um melhor jeito para realizar cada etapa do processo de trabalho, e este deve ser definido pelo estudo científico dos fatores de produção. Assim, a ideia de eliminar operações inúteis e, conseqüentemente, produzir mais com o menor esforço possível tinha um importante poder de atração, desde que fosse ‘depurada’ de seu aspecto de classe.

Foi dentro desse novo marco que, em 1918, em meio às dificuldades na organização da produção e do abastecimento na Rússia pós-revolucionária, Lenin (1980) colocou o estudo e a aplicação dos elementos científicos do taylorismo como uma das ‘tarefas imediatas’ do poder soviético. Assim, passada a guerra civil contra as forças contrarrevolucionárias, esse esforço foi iniciado e, como afirma Cohen (2010, p. 94), “nos anos 1920 a União Soviética tornou-se certamente o país no mundo em que mais se tentou pôr em prática uma organização taylorista do trabalho” – por meio de um conjunto de iniciativas de propaganda, pesquisa e formação, acompanhado da criação de escritórios de normalização nas fábricas, os quais abrigavam especialistas encarregados da definição de normas de trabalho.

Tais iniciativas se davam por meio do Instituto do Trabalho, órgão oficial coordenado por Gastev, que radicalizava os princípios de Taylor, ao mesmo tempo que tentava adaptá-los ao processo de edificação socialista. Para Gastev, a revolução proletária abria a possibilidade de se aprofundar a tendência de mecanização e padronização mediante bases realmente científicas e igualitárias, de modo que o ‘anonimato impressionante’ do operário no processo de produção se transformava em algo positivo – porque essa “psicologia do proletariado” seria o fundamento de “um novo coletivismo da classe trabalhadora”, o “coletivismo mecanizado”, no qual a uniformização ultrapassaria o espaço do trabalho e atingiria os aspectos mais íntimos da vida, incluindo valores estéticos, intelectuais e sexuais (Bailes, 1977, p. 378). Por isso, Gastev não tinha problemas em imaginar o momento em que, com a padronização total, seria possível identificar cada trabalhador por meio de códigos simples tipo “A, B, C, ou 325, 0075” (Gastev apud Bailes, 1977, p. 378). Também não via problemas em preconizar uma ‘nova cultura’ e um ‘novo homem’ diametralmente opostos ao ‘sonho humanista’ de desenvolvimento da individualidade.

As manifestações desse coletivismo mecanizado são tão externas à personalidade, tão anônimas, que o movimento desse complexo coletivo é semelhante ao movimento das coisas, no qual não há qualquer individualidade, mas *apenas passos uniformes, regulares e faces destituídas de expressão, de alma, de lirismo, de emoção, medidos não mais por um grito ou um sorriso, mas por um calibrador de pressão ou de velocidade* (Gastev apud Bailes, 1977, p. 378, grifos nossos).

No entanto, os resultados das iniciativas ‘ultratayloristas’ foram limitados, em razão dos problemas organizativos da produção e da intensa resistência à taylorização, por parte dos operários e dos próprios diretores fabris – incomodados com a entrada de ‘especialistas’ nas fábricas. Tal impasse – em conjunto com as mutações políticas e ideológicas que, após a morte de Lenin, em 1924, conduziram à consolidação de Stalin como ‘líder supremo’ da URSS – levou ao abandono gradativo dessa estratégia de taylorização absoluta do trabalho e da vida soviética – porque a virada para a década de 1930 foi também o momento da ‘virada stalinista’, com o início das políticas de coletivização forçada das terras e industrialização acelerada. Nesse processo, os insucessos anteriores foram imputados aos ‘especialistas burgueses’ pela incapacidade de valorizar a iniciativa operária, de modo que, a partir de então, a estratégia para aumentar a produção seria a promoção voluntarista do ‘entusiasmo’ e da iniciativa dos trabalhadores, combinada com a repressão implacável aos ‘sabotadores’.

A guinada foi consolidada em 1935, com o ‘feito’ do trabalhador da mineração Alexei Stakhanov: segundo o discurso oficial, ele estabeleceu um recorde mundial ao extrair 102 toneladas de carvão numa jornada, por meio de alterações na organização do trabalho elaboradas por iniciativa própria. A ampla propaganda, os altos salários (resultantes do pagamento por produção) e um conjunto de prêmios e privilégios oferecido a feitos semelhantes favoreceram uma verdadeira ‘recordemania’ no país e, assim, a ascensão do ‘movimento stakhanovista’. Em pouquíssimo tempo, os ‘stakhanovistas’ estavam espalhados pelos mais diversos ramos produtivos da URSS, sendo tratados como estrelas, com fotos expostas nos locais de trabalho e nos jornais, os que noticiavam os recordes e os altos salários correspondentes.

Poucos meses após o recorde de Stakhanov, era realizada no Kremlin a Primeira Conferência dos Stakhanovistas da URSS, com direito a discurso de Stalin, que os exaltou como os “heróis e heroínas do trabalho”. Segundo ele, o movimento representava os “germes” da passagem do socialismo ao comunismo e da quebra da oposição entre trabalho manual e intelectual (Stalin, 1937, p. 16). O clima de heroísmo levou, em 1938, à criação da medalha de ‘Herói do trabalho socialista’, que garantia privilégios no acesso a determinados serviços, para premiar os trabalhadores exemplares na edificação do socialismo.³ O culto à produção se reforçava, ao mesmo tempo que

o cientificismo taylorista era abandonado em favor do heroísmo dos trabalhadores. O ‘anonimato operário’, tão celebrado por Gastev, passava a ser considerado algo típico do sistema capitalista e oposto ao que acontecia na URSS, onde, como exalta o ‘biógrafo’ de uma trabalhadora stakhanovista, “o trabalho adquire um caráter pessoal”, sendo Stakhanov apenas a primeira expressão (Friedrich, 1936, p. 41).

Mas a realidade do stakhanovismo foi bem menos gloriosa do que o anunciado. O discurso pretensioso de quebra da oposição entre trabalho intelectual e manual não pôde se sustentar por muito tempo, até porque os stakhanovistas gradativamente abandonaram o próprio trabalho ‘manual’, para compor o baixo escalão da burocracia soviética em funções de direção e propaganda. No entanto, essa foi apenas uma das contradições apresentadas. A busca desenfreada por recordes gerou mais desequilíbrio num aparelho produtivo frágil, e as tensões no espaço de trabalho também aumentaram, com o surgimento de conflitos violentos entre stakhanovistas e não stakhanovistas. Para completar, falsificações de relatórios e produtos de baixa qualidade (ou mesmo completamente defeituosos) ajudavam a preencher formalmente as metas despoticamente impostas pelos planos de produção (Rittersporn, 1978).

Nesse quadro caótico, a perseguição aos ‘sabotadores’ atingiu níveis dramáticos, ofuscando o culto aos ‘heróis do trabalho’, de modo que, na virada para a década de 1940, o ‘stakhanovismo’ já havia se esgotado como movimento e constituía mais um ‘mito’ motivacional para tentar fazer elevar a produtividade. Em 1960 e, principalmente, 1970, diante do permanente problema da baixa produtividade, foram retomados estudos e tentativas de aplicação do taylorismo. Assim, quando o mundo capitalista passava por uma inflexão em busca de alternativas à crise do padrão taylorista-fordista, a URSS ainda buscava reconciliar-se com Taylor, mesclando-o com o que sobrou do stakhanovismo. Sobre essas bases é que se formou o modelo que durou até a dissolução da URSS: o “regime despótico burocrático” (Burawoy, 1985, p. 180), no qual se buscava preencher as falhas de um “taylorismo precário” com repressão policial e apelo ideológico ao “entusiasmo” dos trabalhadores, o qual, por sua vez, era apresentado propagandisticamente como a “especificidade” do trabalhador soviético.

Já no mundo capitalista mais desenvolvido o taylorismo teve uma trajetória mais exitosa, ainda que não menos permeada por tensões. No momento do encerramento da Primeira Guerra, a possibilidade da revolução estava no centro do debate operário, inspirado pela Revolução Russa e embalado pelos movimentos de greves e ocupações de fábricas em vários países da Europa. No entanto, em poucos anos a onda revolucionária foi derrotada, principalmente depois do esmagamento da insurreição espartaquista na Alemanha e da ‘República dos Conselhos’ na Hungria, em 1919.

A partir desse refluxo revolucionário, o horizonte da tomada do poder se tornava distante, ao mesmo tempo que surgia a necessidade, para as organizações operárias, de definição de uma estratégia mais clara diante da introdução dos novos métodos de trabalho dentro dos marcos do capitalismo – isso nos países onde tais organizações não foram esmagadas pela ascensão nazifascista.

O caso da França é interessante no sentido de demonstrar os dilemas apresentados para as organizações de esquerda e os caminhos que conduziram à gradativa aceitação do taylorismo. Nesse sentido, as posições das organizações do ramo metalúrgico – pioneiro na introdução dos novos métodos – são especialmente emblemáticas. A estratégia do grupo socialista/reformista era mais clara: colaboração com o Estado e as representações patronais, desenvolvendo abertamente uma posição ‘fordista’ voltada ao aumento da produção e do consumo dos trabalhadores – colocando-se, portanto, “favorável à organização científica do trabalho”, mas contra os “pesados inconvenientes para os trabalhadores” embutidos nos exageros dos industriais (Moutet, 1997, p. 188-189). Já os comunistas, orientados pelos bolcheviques, apresentavam uma posição mais nebulosa, pois, apesar de terem uma posição mais radical em relação aos reformistas, criticando o colaboracionismo, eles não se diferenciavam essencialmente no que se refere à questão do taylorismo, porque se diziam contrários à “racionalização capitalista”, mas favoráveis à “racionalização operária” (Saint-Germain, 1976, p. 100); (Moutet, 1997, p. 188-189).

Assim, os comunistas apresentavam uma posição bastante contraditória, que foi resumida no jornal operário *La Vie Ouvrière*, em 1926: “A racionalização deve ser combatida antes da revolução, e realizada depois” (Saint-Germain, 1976, p. 100). Concretamente, a estratégia dos comunistas durante a década de 1920 apresentou dois sentidos principais: por um lado, eles lutavam para amenizar as consequências mais negativas da racionalização, com tentativas de intervir no controle da cronometragem, no sistema de salários e na contratação/demissão; por outro, condenavam as greves ‘selvagens’ contra os novos métodos, as quais eclodiam sem sinal verde das organizações. Somente em 1927, num congresso da federação dos metalúrgicos comunistas, um sindicalista fixou metaforicamente uma posição mais clara: lutar contra os novos métodos era tão inócuo quanto tentar “impedir a chuva de cair”, de modo que o mais prudente seria usar um “guarda-chuva contra suas consequências” (Saint-Germain, 1976, p. 104). Gradativamente, essa luta contra as “consequências” se converteu em luta pela compensação salarial ao maior esforço exigido pelos novos métodos, como mostra um relatório da mesma federação, de 1929, o qual reivindicava que o “ritmo infernal” imposto na fábrica fosse compensando por “um poder de compra à altura de necessidades maiores” (Saint-Germain, 1976, p. 98).

Desse modo, no final da década de 1920, na França já estava formada a base do discurso sindical de aceitação do taylorismo: era necessário distinguir a organização científica de seus abusos capitalistas e, principalmente, buscar compensações salariais ao aumento do ritmo de trabalho. Ainda assim, é importante destacar que a década de 1930 foi importante na gestação do ‘compromisso fordista’ que se desenvolveu plenamente após a Segunda Guerra. A ascensão do keynesianismo na década de 1930, como resposta à crise de 1929, e o gradativo fortalecimento do braço intervencionista e assistencialista do Estado deram traços estáveis e institucionais ao compromisso da sociedade salarial. Por fim, a derrota bélica dos regimes nazifascistas permitiu a generalização do modelo ao conjunto dos países do ‘Primeiro Mundo’, guardadas as diferenças de amplitude e as diversidades nacionais, favorecendo os ‘anos de ouro’ do capitalismo no século XX. Modelo cujas bases ideológicas começaram a ruir justamente quando, com a efervescência política do Maio de 68, os sindicalistas não conseguiam mais conter novas ‘greves selvagens’ que denunciavam o despotismo taylorista e exigiam o controle operário da produção.

A restauração da crítica marxista do trabalho

Antunes (2007, p. 21-22) afirma que o “pêndulo do trabalho” – que, desde a filosofia antiga, envolve ora sua afirmação, ora sua negação – teve em Marx “sua síntese sublime”. Com base nessa ideia, é interessante notar que a complexidade da síntese marxiana é tal que acabou por gerar uma espécie de pêndulo dentro do próprio pensamento marxista, de modo que a predominância do tratamento no mínimo ‘benevolente’ em relação ao trabalho, durante parte importante do século XX, gerou reações contundentes no sentido de fazer o pêndulo se movimentar no sentido oposto.

Nessa perspectiva, dois autores merecem destaque: Robert Kurz e Moishe Postone. O primeiro propõe uma releitura da obra de Marx à luz dos processos que conduziram ao que ele identifica como “colapso da modernização”, por meio de uma forte crítica ao marxismo predominante no século XX – denominado “marxismo do movimento operário”. Para ele, esse marxismo, fundado numa “ontologia do trabalho” e orientado pela “posição do trabalhador”, apresentou um projeto limitado de emancipação, que “não era nada mais que a emancipação das massas *para* – e não *do* – trabalho assalariado moderno” (Kurz, 1993, p. 71, grifos do autor). Isso porque, por fazer parte da própria engrenagem do sistema capitalista, o movimento operário colocou o trabalho como “a razão positiva de todo ‘socialismo’ imaginável” (Kurz, 1993, p. 49, aspas do autor) e, assim, mesmo o “suposto radicalismo” da esquerda revolucionária se limitava à “mistificação da

classe trabalhadora” (Kurz, 1993, p. 51) e à “divinização do trabalho”, cuja personificação soviética foi Stakhanov e sua “ideologia de toneladas” (Kurz, 1993, p. 24).

Postone apresenta uma crítica semelhante ao marxismo predominante no século XX, identificado como “marxismo tradicional”, por considerá-lo refém do “paradigma produtivista” e fundado na “concepção de centralidade do trabalho para a vida social” (Postone, 2014, p. 19). Assim, ele propõe uma reinterpretação de Marx que não seja pautada pela “crítica do capitalismo do ponto de vista do trabalho”, mas pela “crítica do trabalho no capitalismo” (Postone, 2014, p. 24; p. 31) – porque, segundo ele, o “marxismo tradicional” ficou preso a uma “ontologia social trans-histórica do trabalho”, que se revela na ideia de que “o trabalho é a verdadeira fonte da riqueza social”, e por esse motivo limitou-se à questão do “modo de distribuição”, tanto na crítica ao capitalismo quanto na busca de um “novo modo de distribuição, justo e racionalmente regulado” (Postone, 2014, p. 23). Perdeu-se, assim, a dimensão da teoria de Marx que aponta para a “negação da lógica intrínseca e do modo industrial de produção característico da formação social capitalista”, o qual deveria ser apropriado, mas também “transformado fundamentalmente” (Postone, 2014, p. 52-53).

Considerando os elementos indicados até aqui, esses apontamentos são bastante sugestivos para uma crítica dos processos verificados no século XX. No entanto, pode-se questionar um aspecto geral presente, de forma recorrente, na reflexão de ambos os autores: a ideia de que esse limite do marxismo e das organizações operárias do século XX residiria no fato de serem portadores de uma ‘ontologia do trabalho’ ou afirmarem a ‘centralidade do trabalho’ na vida social. Isso porque é possível apontar elementos para uma interpretação que caminha praticamente no sentido oposto: a lacuna da perspectiva predominante no século XX está na ausência – completa ou parcial – de uma ontologia fundada no trabalho, entendida aqui no sentido oferecido pela obra madura de Lukács (2013).

Para a compreensão da diferença dessa perspectiva, é preciso, desde já, diferenciar minimamente ‘ontologia’, ‘centralidade’ e ‘culto’ do trabalho. Dito de outra forma, desenvolver a crítica do capitalismo a partir de uma ‘ontologia’ fundada no trabalho – ou mesmo enfatizar a centralidade do trabalho na vida social – é completamente diferente de heroicizar o trabalho, como se buscou fazer na URSS, ou aceitar a sua intensificação em função de estímulos salariais, como se realizou no ‘fordismo’. ‘Ontologia’ remete ao estudo do ‘ser em si’, buscando a compreensão de sua formação, suas características determinantes e seus modos de manifestação. Assim, o culto ao trabalho pode revelar justamente a ausência de uma análise mais rigorosa – e ‘ontológica’ – dessa categoria. Ainda que não se volte para esse ‘debate de fundo’, é basicamente essa a crítica de Trentin (2012) à esquerda europeia

do século XX, pois, segundo ele, o abandono tendencial da crítica marxiana ao trabalho capitalista, em favor da questão da conquista do Estado e da distribuição da riqueza, resultou de uma espécie de ‘ofuscamento’ da importância do trabalho no debate teórico e político dominante.

Para avançar nesse aspecto, porém, é preciso ressaltar o sentido ‘possível e específico’ de uma ‘ontologia’ do trabalho na reflexão de Marx. É que por se tratar de uma proposta de ‘estudo do ser’, a ideia de uma ontologia tende a ser considerada parte da metafísica, em seu esforço de conhecer a essência das coisas do mundo – algo totalmente oposto aos princípios do materialismo histórico e dialético. Em termos gerais, a proposta de Lukács (2013) indica justamente que uma ‘inovação’ crucial do pensamento de Marx foi a de fornecer os fundamentos para uma ontologia do ser social ancorada na sua historicidade. Dito de outra forma, a ideia de uma ontologia marxista não oculta a historicidade do mundo social; pelo contrário, busca revelá-la como traço fundamental e distintivo do ser social, entendendo que sua ‘essência’ reside na historicidade das relações sociais – de modo que o único traço ‘imutável’ do ser social é a sua própria mutabilidade no curso histórico. Assim, se a ontologia é o estudo do ‘ser em si’, a ontologia do ser social é fundamentalmente o estudo do ser humano na história.

Nesse sentido, como afirma Duayer (2011, p. 99), a crítica ontológica é “figuração do mundo social como mundo histórico e, portanto, mutável”, desmistificando justamente “um mundo que se apresenta como perene, sem história”, e abrindo espaço para práticas sociais compatíveis com essa historicidade. E na perspectiva dos próprios fundadores do materialismo histórico dialético, qual é o “primeiro ato histórico”? Ou, em outras palavras, o “primeiro pressuposto de toda existência humana” que toda concepção histórica deveria observar? A resposta é clara: a “produção da própria vida material”, ou seja, a produção dos meios de satisfação das necessidades humanas e a simultânea produção de novas (Marx e Engels, 2007, p. 32-33). É nesse sentido, e somente nesse, que Lukács (2013) se apropria do legado marxiano para desenvolver uma ‘ontologia do ser social’ fundada no trabalho – o que, diga-se de passagem, não é exatamente o mesmo que uma ‘ontologia do trabalho’. Portanto, essa interpretação ontológica da obra de Marx se liga às próprias bases de seu materialismo, pois, ao contrário do que uma leitura ‘economicista’ indica, Marx não pretendia dar destaque à ‘estrutura’ econômica, mas ao ‘processo’ histórico por meio do qual os seres humanos produzem sua existência, produzindo também formas de ver e representar o mundo que se relacionam dialeticamente com a produção propriamente material.

Assim, o trabalho figura como fundamento da ontologia do ser social, no sentido proposto por Lukács, não por constituir uma ‘essência humana

preexistente’, mas por se configurar como a atividade humana na sua forma primária, elementar e fundante. Por isso, Lukács caracterizou o trabalho como “uma experiência elementar da vida cotidiana”, por meio da qual “realiza-se, no âmbito do ser material, um pôr teleológico enquanto surgimento de uma nova objetividade” (Lukács, 2013, p. 47). Para tanto, o filósofo húngaro buscou elementos de *O capital*, em que Marx destaca o trabalho como uma atividade especificamente humana: um processo pelo qual os indivíduos atuam conscientemente regulando seu metabolismo com a natureza externa, transformando também sua própria natureza, ao colocarem sua corporeidade em movimento – cabeça, pernas, braços e mãos – e ao satisfazerem necessidades e darem oportunidade a novas, num processo contínuo de transformação do seu entorno e de si mesmos (Marx, 2013). Esse ‘ir além’, contido no trabalho, mostra que se trata de uma atividade primária de transformação do ser social e seu mundo, a partir da qual se desenvolve o conjunto de mediações complexas – até as mais ‘espirituais’ – que distinguem o ser social.

Nesse sentido, uma crítica ontológica do trabalho no capitalismo deve revelar e não ocultar sua historicidade, refletindo sobre as possibilidades abertas para sua transformação. Como consequência, se o desenvolvimento capitalista coloca o trabalho como a base de toda riqueza social possível e, assim, reduz os indivíduos, com suas múltiplas aptidões e capacidades, à condição de meros vendedores de força de trabalho, cabe demonstrar o caráter histórico dessa ‘centralidade’ específica e buscar as possibilidades abertas por ela. Até porque, como também destaca Duayer (2012, p. 46, grifo nosso),

o desenvolvimento e a complexificação do ser social, tornados possíveis precisamente pelo trabalho, fazem com que o complexo do trabalho tenha necessariamente uma participação sempre *declinante* no conjunto de seus complexos constitutivos (Duayer, 2012, p. 46, grifo nosso).

– e se o capitalismo insiste em perpetuar essa ‘base miserável’, tal deve ser o eixo central da crítica ontológica do capitalismo.

Essa perspectiva aparece na *Crítica ao programa de Gotha*, onde Marx aponta que, no horizonte burguês, os indivíduos “são considerados ‘apenas como trabalhadores’”, e nesses termos mesmo a ideia de uma “distribuição justa” dos produtos do trabalho (de acordo com o fornecido por cada um) seria insuficiente, pois desconsidera – e transforma em desigualdade – as diferenças individuais, tanto em termos de “talentos” quanto de necessidades (Marx, 2012, p. 32-33). Por isso, ele indica que a “fase superior da sociedade comunista” se relaciona justamente ao momento quando o trabalho deixa de ser o padrão de medida da distribuição da riqueza, ou seja,

quando tiver sido eliminada a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre trabalho intelectual e manual; quando o trabalho tiver deixado de ser mero meio de vida e tiver se tornado a primeira necessidade vital; quando, juntamente com o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos, suas forças produtivas também tiverem crescido e todas as fontes da riqueza coletiva jorrarem em abundância, apenas então o estreito horizonte jurídico burguês poderá ser plenamente superado e a sociedade poderá escrever em sua bandeira: “De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!” (Marx, 2012, p. 33).

Essa síntese geral indica também outro aspecto decisivo relativo à questão ‘trabalho e emancipação’ na perspectiva marxiana, pois a ruptura com a ‘subordinação escravizadora’ imposta pela divisão hierárquica do trabalho possibilitaria que o desenvolvimento multifacetado do indivíduo se desse em consonância com o desenvolvimento do conjunto das forças produtivas – ao contrário do capitalismo, em que se funda na subordinação e no embrutecimento do trabalhador. Nesse sentido, o trabalho teria uma participação ‘declinante’ no complexo da vida social, ao mesmo tempo que assumiria formas originais e emancipadas em relação ao capitalismo. Desse modo, o trabalho passa a ser ‘apenas’ a ‘primeira atividade vital’ a partir da qual se abre espaço para desenvolvimentos em outras esferas da vida humana, de modo que a questão poderia ser resumida numa fórmula que envolve dialeticamente ‘trabalho emancipado’ e emancipação em relação ao trabalho – ou simplesmente emancipação ‘no’ e ‘do’ trabalho. Essa síntese dialética está claramente exposta no livro 3 de *O capital*, quando Marx articula o “reino da liberdade” e o “reino da necessidade”:

De fato, o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita (...). A liberdade nesse domínio só pode consistir nisto: o homem social, os produtores associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, *sem deixar que ele seja força cega que os domina; efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana*. Mas esse esforço situar-se-á sempre no reino da necessidade. Além dele começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, *o reino genuíno da liberdade*, o qual só pode florescer *tendo por base o reino da necessidade*. E a condição fundamental desse desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho (Marx, 1980, p. 942, grifos nossos).

Como se percebe, Marx é bastante claro ao enfatizar que o ‘reino genuíno da liberdade’ se localiza fora da esfera de produção material da vida

humana, ou seja, fora do trabalho. No entanto, ele tem o cuidado de ressaltar que essa esfera da liberdade ‘só pode florescer tendo por base o reino da necessidade’, ou seja, só pode se desenvolver se o trabalho social for organizado de modo que seja ‘produtivo’ – o suficiente para atender às crescentes necessidades humanas e proporcionar tempo disponível aos indivíduos – e ‘livre’ no sentido que tal esfera permite: atividade coletiva e racionalmente regulada pelos produtores, de maneira que se exija o mínimo esforço dentro das condições mais adequadas – o que poderia ser resumido pelo slogan de uma corrente do sindicalismo francês: *travaillons tou(te)s, moins et autrement!*⁴

Marx, crítico do taylorismo

Com base no que foi apresentado até aqui, pode-se dizer que, na concepção marxiana, a emancipação em relação ao capitalismo envolveria não somente uma reorientação distributiva da imensa riqueza que a sociedade moderna se mostrou capaz de produzir, mas também – e mesmo como um pressuposto para tal – uma nova forma de produzir a vida social e atender às necessidades individuais e coletivas dela decorrentes. A questão é que o desenvolvimento dessa nova forma partiria necessariamente das condições ideológicas e técnicas herdadas pelo capitalismo, exigindo um longo processo até a ‘fase superior da sociedade comunista’, durante o qual permaneceriam elementos da sociabilidade burguesa. O próprio Lenin (2005, p. 106-107) ressaltou que sua proposta de extensão da “disciplina de ‘oficina’” a toda sociedade correspondia à “primeira fase da sociedade comunista”, não sendo “absolutamente o nosso ideal nem nosso objetivo final”. No entanto, tanto para Marx quanto para Lenin, a ‘primeira fase’ da sociedade comunista não era mais do que o próprio caminho, difícil e tortuoso, para a ‘fase superior’, e assim os objetivos da primeira não poderiam ser obstáculos para a segunda. Assim, a questão é: a incorporação do taylorismo poderia fornecer algo relevante nesse sentido ou, ao contrário, constituiria um obstáculo, levando no máximo ao beco sem saída da utopia de Gastev de um igualitarismo sem individualidades?

É importante destacar que, numa primeira aproximação, a ideia de Lenin (1980) e dos conselhistas italianos (Petri, 1919) de diferenciar os elementos ‘científicos’ do taylorismo de sua apropriação capitalista está de acordo com a indicação de Marx (2013, p. 606) no sentido de que “é preciso distinguir entre a maior produtividade que resulta do desenvolvimento do processo social de produção e aquela que resulta da exploração capitalista desse desenvolvimento”. Além disso, ao defenderem a incorporação do taylorismo, nem Lenin e muito menos Gramsci – um dos marxistas mais

preocupados com a formação integral do indivíduo – abandonaram preceitos fundamentais do legado de Marx, como a ideia de implosão da oposição entre trabalho manual e intelectual como fundamento da ‘desalienação’ dos trabalhadores. O que fizeram foi dar um sentido peculiar a esse aspecto. Lenin, por exemplo, entendia que gradativamente o ‘taylorismo soviético’ assumiria dois traços essenciais: primeiramente, a ideia de uma apropriação coletiva dos princípios tayloristas pelos trabalhadores, que gradativamente eliminaria o traço autoritário da disciplina fabril; em segundo lugar, o aumento da produtividade permitiria uma redução da jornada fabril e possibilitaria que os operários assumissem tarefas político-administrativas, de modo que a superação da oposição entre concepção e execução aparece como superação da oposição entre trabalho na administração do Estado e trabalho ‘físico’ na produção (Linhart, 1983a).

Os comunistas do *L’Ordine Nuovo*, por sua vez, buscaram adaptar os métodos tayloristas aos princípios democráticos do conselhismo, por meio da proposta de eleição, pelos produtores, dos ‘especialistas’ encarregados de organizar as tarefas e monitorar a eficiência do trabalho, do que resultaria uma organização não hierárquica, mas apenas funcional. Além disso, a organização dos conselhos – articulada com a constituição de uma nova escola que proporcionaria uma formação “humanista” e “politécnica” – propiciaria aos trabalhadores uma “visão de conjunto” do funcionamento da fábrica e da produção como um todo, que quebraria “intelectualmente” a oposição entre concepção e execução (Petri, 1919, p. 209).

A grande diferença da perspectiva de Lenin e dos comunistas italianos, em relação a Marx, era o entendimento de que o parcelamento e o ‘esvaziamento’ do trabalho operário eram determinações técnicas da produção industrial. Nesse sentido, Lenin dizia que “toda a grande indústria mecanizada – isto é, precisamente a fonte e a base material, produtiva, do socialismo – exige uma *unidade de vontade* absoluta e rigorosíssima” que deveria impor uma “disciplina de ferro” durante o trabalho (Lenin, 1980, p. 581, grifo nosso). Concepção semelhante encontra-se na reflexão dos comunistas do *L’Ordine Nuovo*, para os quais a “divisão máxima” de tarefas era uma imposição da grande indústria e “a técnica do trabalho, como a máquina, são invariantes em relação ao tipo social” (Petri, 1919, p. 197, grifos nossos), o que aparece também num texto de Gramsci, no ano seguinte, ao afirmar que a técnica industrial, “em certo sentido, é independente do modo de apropriação dos valores produzidos” (Gramsci, 2004, p. 407, grifos nossos). No entanto, essa disciplina imposta poderia ser internalizada a ponto de “recordar mais a suave direção do maestro” (Lenin, 1980, p. 581), de modo que o trabalho repetitivo na fábrica poderia ser aceito “como um esportista se

submete ao exercício enfadonho e rítmico do treinamento, que pode fazer valer a pena todo o seu esforço” (Petri, 1919, p. 205, grifos nossos).

Anos mais tarde, em “Americanismo e fordismo”, Gramsci (2001) revela um distanciamento em relação à fase conselheira e uma “tomada de consciência lúcida” em relação ao “conflito destruidor que se produz entre, de um lado, o taylorismo, enquanto forma extrema de racionalização do trabalho, e, de outro, a ‘humanidade’ e a ‘espiritualidade’ do trabalhador” (Trentin, 2012, p. 267). Por esse motivo, o texto é riquíssimo ao revelar a “dialética presentes nos novos métodos industriais” (Gramsci, 2001, p. 272) e, especificamente, desnudar o “americanismo” como um processo brutal de imposição de hábitos de vida e trabalho aos operários. No entanto, Gramsci (2001, p. 266-267) não chega a abandonar a ideia de uma exigência técnica do “industrialismo” no sentido de impor uma restrição rigorosa das operações de trabalho, defendendo a ideia de que, após o processo dramático de adaptação, ter-se-ia “um novo nexos psicofísico (...) de um tipo superior”. Em outras palavras, ele responde positivamente à questão sobre o novo tipo de organização ser “racional”, não se tratando, portanto, de “um fenômeno mórbido a ser combatido” (Gramsci, 2001, p. 274-275). Por isso, sua preocupação é – além de revelar o cinismo de classe do americanismo e, ao mesmo tempo, combater as críticas românticas a ele – definir as bases do “longo processo” de mudança de hábitos e costumes individuais, o que se daria pela coação (ou autodisciplina) e pela persuasão, fundada numa melhoria correspondente no nível de vida (Gramsci, 2001, p. 275). Assim, a questão da superação do caráter alienante do trabalho capitalista parece depender de dois elementos: no plano individual, da superação da fase de adaptação psicofísica aos novos métodos; e, num plano mais amplo, da eliminação do caráter externo e mecânico – ou seja, de classe – da racionalização, transformando-a em ‘autodisciplina’ e, posteriormente, em ‘segunda natureza’.

É nesse ponto que tais perspectivas estão em oposição diametral com a reflexão de Marx, porque este não somente destacava que a divisão rigorosa de tarefas ‘não era uma determinação técnica da grande indústria’, como também enxergava justamente nesta questão a possibilidade aberta para a transformação radical da forma de trabalhar oferecida pelo capitalismo. Em *O capital*, Marx expõe com clareza que “a produção mecanizada *suprime a necessidade de fixar essa distribuição à maneira como isso se realizava na manufatura*, isto é, por meio da designação permanente do mesmo trabalhador ao exercício da mesma função”, já que, “como o movimento total da fábrica não parte do trabalhador e sim da máquina, é possível que ocorra uma contínua mudança de pessoal sem a interrupção do processo de trabalho” (Marx, 2013, p. 605, grifos nossos). Em seguida, ele reforça essa

concepção e endurece sua crítica à formatação capitalista – e não ‘técnica’ – da fábrica moderna:

Embora a maquinaria descarte tecnicamente o velho sistema da divisão do trabalho, este persiste na fábrica, num primeiro momento, como tradição da manufatura fixada no hábito, até que, sob uma forma ainda mais repugnante, ele acaba reproduzido e consolidado de modo sistemático pelo capital como meio de exploração da força de trabalho (Marx, 2013, p. 605-606, grifos nossos).

Portanto, é a aplicação capitalista que subordina o trabalhador ao mecanismo, tornando-o impotente e reduzindo seu papel a uma função fixa e reduzida. E a prova de que a dinâmica poderia ser pensada de forma distinta é o próprio capital que oferece, ao revolucionar continuamente sua base técnica e impor a necessidade de transferir trabalhadores de uma máquina a outra, ou mesmo de empurrar massas inteiras de um ramo de produção a outro. O fato de que o desenvolvimento da grande indústria abra essas possibilidades e ao mesmo tempo as negue é apresentada por Marx nos termos de uma “contradição absoluta”:

A natureza da grande indústria condiciona, assim, a variação do trabalho, a fluidez da função, a mobilidade pluridimensional do trabalhador. Por outro lado, ela reproduz, em sua forma capitalista, a velha divisão do trabalho com suas particularidades ossificadas. Vimos como essa contradição absoluta suprime toda tranquilidade, solidez e segurança na condição de vida do trabalhador, a quem ela ameaça constantemente com privar-lhe, juntamente com o meio de trabalho, de seu meio de subsistência; como, juntamente com sua função parcial, ela torna supérfluo o próprio trabalhador (...). Esse é o aspecto negativo. Mas (...) a grande indústria, precisamente por suas mesmas catástrofes, converte em questão de vida ou morte a necessidade de reconhecer como lei social geral da produção a mudança dos trabalhos e, conseqüentemente, a maior polivalência possível dos trabalhadores, fazendo, ao mesmo tempo, com que as condições se adaptem à aplicação normal dessa lei. Ela transforma numa questão de vida ou morte a substituição dessa realidade monstruosa, na qual uma miserável população trabalhadora é mantida como reserva, pronta a satisfazer as necessidades mutáveis de exploração que experimenta o capital, pela disponibilidade absoluta do homem para cumprir as exigências variáveis do trabalho; a substituição do indivíduo parcial, mero portador de uma função social de detalhe, pelo indivíduo plenamente desenvolvido, para o qual as diversas funções sociais são modos alternantes de atividade (Marx, 2013, p. 681-682, grifos nossos).

Fica claro que, na concepção de Marx, a utilização sistemática da maquinaria possibilitava e gradativamente colocava a exigência de uma atuação

polivalente dos trabalhadores como ‘questão de vida ou morte’ – e sua negação era um traço exclusivo da necessidade de controle capitalista, o que a tornava ‘ainda mais repugnante’ e alimentava uma contradição absoluta. Em síntese, Marx revela uma compreensão processual e contraditória da grande indústria, captando os aspectos tendenciais mais decisivos, enfatizando que seu caráter de ‘mecanismo de controle’ se sobrepunha contraditoriamente aos aspectos técnicos e produtivos. Assim, ele coloca em evidência as possibilidades de emancipação do ‘indivíduo-fragmento’, o que, por sua vez, forneceria um novo impulso para elevação da produtividade, o qual não se fundava mais no contraste entre o trabalho intelectual e o manual, mas, ao contrário, dependia de sua superação. Segundo essa concepção, a tendência essencial da grande indústria não era exatamente a imposição de tarefas rígidas e repetitivas aos ‘executores’, mas uma perda gradativa de importância do trabalho estritamente manual, que permitia, desde já, certa polivalência e apontava, a longo prazo, para a predominância das tarefas de supervisão e regulação, num processo de produção cada vez mais “sob controle do intelecto geral” (Marx, 2011, p. 589), que impunha a tendência à universalidade e ao desenvolvimento integral do indivíduo.

É interessante notar que, na URSS do início da década de 1920, intelectuais ligados ao movimento *Proletkul't*, com destaque para Bogdanov e Kerzhentsev, seguiram um entendimento semelhante ao expresso por Marx e propuseram uma organização do trabalho fundada na cooperação polivalente e ‘fraternal’ entre os trabalhadores, com o argumento de que as tendências do desenvolvimento industrial caminhavam no sentido de incorporar progressivamente na máquina o trabalho físico, de maneira que a atividade laborativa tendia a se tornar “um empenho mais ‘intelectual’ – concentração, cálculo, controle e iniciativa” (Bogdanov apud Miguel, 2007, p. 118). Desse modo, a tarefa principal deveria ser a “rápida elevação do nível cultural das massas” (Bailes, 1977, p. 381), de forma que o trabalhador se adequasse à tendência de intelectualização do trabalho e se tornasse “um ‘mestre’ de escravos de ferro” (Bogdanov apud Miguel, 2007, p. 118). No entanto, essa perspectiva foi derrotada em favor do ‘ultrataylorismo’ de Gastev, que, por sua vez, foi abandonado posteriormente em favor do apelo voluntarista ao stakhanovismo.

Também é interessante destacar que, no lado capitalista, a ‘contradição absoluta’ exposta por Marx, que parecia ter sido resolvida pelo taylorismo, reapareceu de forma dramática quando os marcos do compromisso fordista começaram a ruir e as inovações tecnológicas – com a robótica e a microeletrônica – tornavam ainda mais inviáveis a ideia de considerar o trabalho da maioria como ‘mera execução’. Nesse momento, o capitalismo ‘copiou’ o stalinismo: condenou discursivamente o taylorismo como ‘duro’, dispendioso e ultrapassado, fazendo-o concretamente se mesclar com mecanismos

de controle mais ‘flexíveis’ e persuasivos. Passou-se, então, a exigir polivalência e capacidade de adaptação, transferindo-se responsabilidades e microdecisões aos trabalhadores – que deixaram de ser vistos como ‘gorilas domesticados’ para se tornarem ‘associados’ e ‘colaboradores’. No entanto, ao mesmo tempo atacavam-se os elementos de estabilidade e segurança social – com o gradativo dismantelamento do Estado de bem-estar – que haviam sido desenvolvidos no mesmo processo de lutas que envolveu a introdução do taylorismo.

Desse modo, nos deparamos com o ‘aspecto negativo’ do desenvolvimento contraditório da produção moderna: de um lado, exigência de “variação do trabalho, a fluidez da função, a mobilidade pluridimensional”; de outro, eliminação de “toda tranquilidade, solidez e segurança na condição de vida do trabalhador” (Marx, 2013, p. 681). Talvez seja esta a lição do século XX para uma perspectiva emancipatória no século XXI. Dada a irracionalidade sobre a qual se funda, a da exploração e do estranhamento, o capital só pode conceder – mesmo de forma provisória e restrita – garantias e seguranças reduzindo a capacidade de iniciativa no processo de trabalho. Entretanto, só pode conceder elementos – ainda que limitados – de autonomia no processo de trabalho retirando os elementos de segurança e estabilidade na vida social. E ainda seguindo a perspectiva marxiana, a quebra desse horizonte de restrições depende, sobretudo, da capacidade de organização política, em relação ao que Lenin e Gramsci parecem ter muito a dizer. Impõe-se, portanto, a superação da cisão operada na outra ‘crise do marxismo’, um século atrás.

Resumen Este ensayo propone una reflexión sobre la relación entre trabajo y emancipación en el pensamiento marxista, a la luz de los dilemas enfrentados por la izquierda y las organizaciones de la clase trabajadora en el siglo XX. El objetivo central fue señalar cómo importantes pensadores y grupos vinculados al marxismo contribuyeron, de distintas maneras, para la formación de las bases ideológicas y para la constitución concreta de dos modelos de organización de la producción y de la vida social que predominaron tras la Segunda Guerra Mundial: el compromiso fordista en los países de capitalismo avanzado y el modelo soviético implantado en la URSS y difundido por los países satélite que componían el bloque socialista. En tal sentido, se buscó mostrar que esta actuación implicó dilemas y tensiones importantes, sobre todo al adoptar una posición con relación a la racionalización del trabajo y los métodos tayloristas de organización de la producción. Además de ello, se señaló que la tendencia predominante fue una interpretación de la teoría de Marx que reducía la importancia de la crítica al trabajo industrial y asalariado, justificando un proyecto de ‘sociedad del trabajo’ ajeno a los fundamentos esenciales del legado marxista. Sin embargo, la crisis de estos modelos, observada en las últimas décadas del siglo pasado, abre espacio para revitalizar los aspectos más fértiles de la crítica de Marx a la sociedad capitalista.

Palabras clave trabajo; emancipación; marxismo; taylorismo; URSS.

Notas

¹ Universidade Federal da Grande Dourados, Faculdade de Ciências Humanas, Curso de Ciências Sociais, Dourados, Mato Grosso do Sul.

<marciliolucas@gmail.com>

Correspondência: Rodovia Dourados-Itahum, Km 12, Dourados, CEP 79804-970, Caixa Postal 364, Mato Grosso do Sul, Brasil.

² Esse apontamento – assim como outros a seguir – se baseia na pesquisa de doutorado, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que culminou na tese *De Taylor a Stakhanov: utopias e dilemas marxistas em torno da racionalização do trabalho*, defendida em 2015. A pesquisa contou com bolsa fornecida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e foi orientada pela professora Liliana Segnini, a quem agradeço profundamente pela sabedoria e serenidade decisivas para tudo de fértil e relevante que possa ser encontrado no trabalho. A pesquisa também contou com apoio financeiro do “Programa Capes/Cofecub”, parceria entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e o Comité Français d’Evaluation de la Coopération Universitaire avec le Brésil, que permitiu realizar estágio, entre 2012 e 2013, no grupo de pesquisa Genre, Travail, Mobilités (GTM), onde tive orientação da professora Danièle Linhart, a quem também agradeço pelas contribuições teóricas e pela agradável convivência.

³ Curiosamente, a medalha de ‘herói do trabalho’, após ter sido extinta junto com o regime soviético, foi restaurada por Putin em 2012, sem a adjetivação ‘socialista’.

⁴ “Trabalhem todos(as), menos e de outra maneira!”

Referências

- ANTUNES, Ricardo. O século XX e a era da degradação do trabalho. In: SILVA, Josué P. (org.). *Por uma sociologia do século XX*. São Paulo: Annablume, 2007. p. 21-35.
- BAILES, Kendall E. Alexei Gastev and the soviet controversy over taylorism, 1918-24. *Soviet Studies*, Glasgow, v. 29, n. 3, p. 373-394, jul. 1977.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.
- BURAWOY, Michael. *The politics of production: factory regimes under capitalism and socialism*. Londres; Nova York: Verso, 1985.
- COHEN, Yves. Política e arte na verdade e na ficção do trabalho: elementos para uma comparação histórica entre o Oriente socialista e o Ocidente capitalista. In: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele. *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 93-108.
- DRACH, Marcel. Crise du travail et non-lieu du fordisme dans les économies de type soviétique. *Revue d’Études Comparatives Est-Ouest*, Paris, v. 14, n. 1, p. 105-120, 1983.
- DUAYER, Mario. Mercadoria e trabalho estranhado: Marx e a crítica do trabalho no capitalismo. *Margem Esquerda*, São Paulo, n. 17, p. 88-99, nov. 2011.

- DUAYER, Mario. Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista: crítica do trabalho. *Revista em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 29, v. 10, p. 35-47, 2012.
- FRIEDRICH, G. Doussia Vinogradova. In: GRENIER, Fernand. *Le mouvement stakhanoviste*. Paris: Bureau d'Éditions, 1936. p. 37-62.
- GRAMSCI, Antonio. Americanismo e fordismo. In: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 237-321.
- GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- LENIN, Vladimir I. *Obras escolhidas*. v. 2. São Paulo: Alfa Omega, 1980.
- LENIN, Vladimir I. *Obras completas*. Tomos 23 e 24. Moscou: Progresso, 1984.
- LENIN, Vladimir I. *O Estado e a revolução: a revolução proletária e o renegado Kautsky*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.
- LINHART, Robert. *Lenin, os camponeses, Taylor*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983a.
- LINHART, Robert. Le taylorisme entre les deux guerres: quelques problèmes. *Travail et Emploi*, Paris, n. 18, p. 9-15, out.-dez. 1983b.
- LÖWY, Michael. Georg Lukács e Georges Sorel. *Crítica marxista*, São Paulo, Xamã, v. 1, n. 4, p. 113-122, 1997.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MAIER, Charles. Entre le taylorisme et la technocratie: ideologies et conceptions de la productivité industrielle dans l'Europe des années 1920. In: MURAD, Lion; ZYLBERMAN, Patrick (orgs.). *Recherches: Le soldat du travail – guerre, fascisme et taylorisme*, Paris, n. 32-33, set. 1978. p. 57-94.
- MARX, Karl. *O capital*. Livro 3, v. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. *Crítica ao programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, Karl. *O capital*. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. 1. ed. revista. São Paulo, Campinas: Boitempo, Editora da Unicamp, 2011.
- MIGUEL, Jair D. O taylorismo soviético como *front* cultural. *Projeto História*, São Paulo, n. 34, p. 109-131, 2007.
- MOUTET, Aimée. *Les logiques de l'entreprise: la rationalisation dans l'industrie française de l'entre-deux-guerres*. Paris: Éd. de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1997.
- PETRI, Carlo. Il Sistema Taylor e i consigli dei produttori. *L'Ordine Nuovo*, Torino, n. 23-27, p. 175-214, 25 out.-22 nov. 1919.
- POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- QUERZOLA, Jean. Le chef d'orchestre a la main de fer: léninisme et taylorisme. In: MURAD, Lion; ZYLBERMAN, Patrick (orgs.). *Recherches: Le soldat du travail – guerre, fascisme et taylorisme*, Paris, n. 32-33, set. 1978. p. 57-94.
- RITTERSPORN, Gabor T. Héros du travail et commandants de la production: la cam-

pagne stakhanoviste et les stratégies fractionnelles en U.R.S.S., 1935-1936. In: MURAD, Lion; ZYLBERMAN, Patrick (orgs.). *Recherches: Le soldat du travail – guerre, fascisme et taylorisme*, Paris, n. 32-33, set. 1978. p. 249-275.

SAINT-GERMAIN, Pierre. La chaîne et le parapluie: face à la rationalisation (1919-1935). *Les Révoltes Logiques*, Paris, n. 1, p. 87-104, 1976.

SERGE, Victor. *O ano I da Revolução Russa*. São Paulo: Boitempo, 2007.

STALIN, Josef. *Hombres nuevos*: discurso pronunciado en la primera Conferencia de 'stajanovistas' de la URSS. Barcelona: Ediciones Europa-America, 1937.

TAYLOR, Frederick. *Princípios de administração científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

TRENTIN, Bruno. *La cité du travail: le fordisme et la gauche*. Nantes: Institut d'Études Avancées de Nantes; Paris: Fayard, 2012.

Recebido em 15/02/2016
Aprovado em 23/05/2016